

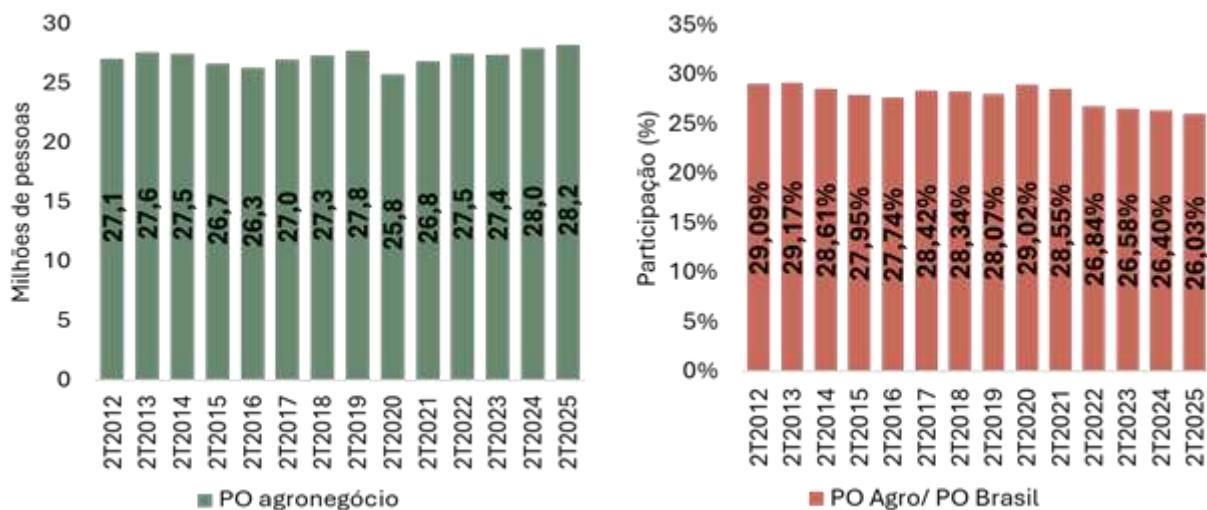
MERCADO AGROPECUÁRIO

1. População ocupada no agronegócio é recorde no 2º trimestre de 2025.
2. Brasil cria 147,3 mil empregos formais em agosto.
3. Taxa de desocupação fica em 5,6% no trimestre encerrado em agosto.
4. Outubro marca retorno das chuvas no Centro-Sul, mas seca persiste em áreas do Norte e Sul.
5. Moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul passa de 450 milhões de toneladas.
6. Com poucas negociações, cotações do milho seguem pressionadas.
7. Café: volatilidade entre câmbio, oferta e clima.
8. Setembro encerra com oscilações nos preços de frutas e hortaliças, influenciadas pelo clima e pela sazonalidade.
9. Podcast Ouça o Agro - Próxima safra de bezerros começa agora: sinais do mercado para a estação de monta em 2025.
10. Preço do bezerro aumenta 43% no comparativo anual.
11. Leite ao produtor atinge menor valor de 2025.
12. Cotação do boi gordo sobe no começo de outubro, após sucessivas quedas em setembro.
13. Pressão de baixa diminui no mercado de suínos.
14. Oferta elevada resulta em queda no preço da carne de frango nas indústrias.

- Indicadores Econômicos -

Mercado de trabalho do agronegócio – População ocupada no agronegócio é recorde no 2º trimestre de 2025. A População Ocupada (PO) no agronegócio brasileiro alcançou 28,2 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2025, recorde da série histórica iniciada em 2012. Esse número representa 26,03% das ocupações totais do país. A PO no setor cresceu 0,5% (139 mil pessoas) em relação ao primeiro trimestre, impulsionada principalmente pelo aumento do contingente de trabalhadores no segmento primário. Em relação ao perfil da mão de obra, destaca-se o aumento da formalização, a maior participação de trabalhadores com nível educacional mais elevado e o aumento da presença feminina no setor. Quanto aos rendimentos médios dos empregados, houve crescimento de 1,9%, contra queda de 0,1% na média do País. Nas comparações entre trimestres iguais (2T2025/2T2024), todos os indicadores também apontam evolução positiva da mão de obra do agronegócio no período.

População ocupada no agronegócio e participação (%) em relação ao total de ocupados no Brasil no primeiro trimestre – 2012 a 2025



Fonte: Cepea e CNA, com base em PNAD-C e PNAD (IBGE), RAIS e metodologia própria.

Caged – Brasil cria 147,3 mil empregos formais em agosto. A economia brasileira criou [147.358](#) novos postos de trabalho em agosto de 2025, de acordo com os dados do Novo Caged do MTE. Com o resultado, o Brasil conta agora com o estoque de 48,7 milhões de vínculos celetistas ativos. Exceto a agropecuária, os demais setores registraram saldo positivo em agosto, com destaque para Serviços (81.002 vagas), seguido por Comércio (32.612), Indústria (19.098) e Construção (17.328). A Agropecuária, por sua vez, registrou saldo negativo de 2.665 postos, destacando o recuo nas regiões Sudeste (-10.049), Centro-Oeste (-1.790) e Sul (-598). As regiões Nordeste e Norte registraram criação de 8.862 e 910 vagas para o setor, respectivamente.

Saldo líquido de vagas em agosto de 2025 por setor

| Setores | Saldo | % |
|--------------|----------------|---------------|
| Serviços | 81.002 | 55,0% |
| Comércio | 32.612 | 22,1% |
| Indústria | 19.098 | 13,0% |
| Construção | 17.328 | 11,8% |
| Agropecuária | -2.665 | -1,8% |
| Total | 147.358 | 100,0% |

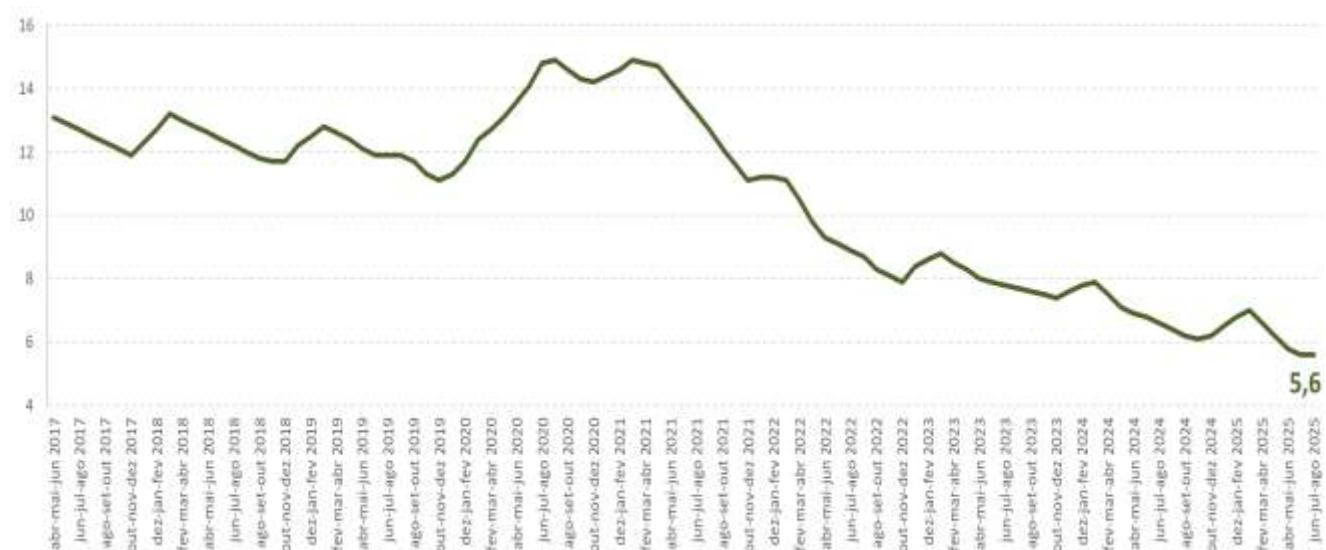
Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/CNA.

Pnad Contínua – Taxa de desocupação fica em 5,6% no trimestre encerrado em agosto. A taxa de desocupação ficou em 5,6% no trimestre móvel encerrado em agosto de 2025, o menor da série histórica iniciada em 2012, como mostram os dados da [Pnad Contínua](#) do IBGE. Na comparação com o mesmo trimestre de 2024 (6,6%), houve recuo de 1,0 ponto percentual (p.p.). Já em relação ao trimestre anterior (6,2%), o recuo foi de 0,6 p.p. A análise por atividade ante o trimestre anterior mostrou aumento expressivo na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (4,4%).

O rendimento médio real (R\$ 3.488) ficou estável frente ao trimestre até maio e teve alta de 3,3% em relação ao mesmo trimestre de 2024. A massa de rendimento real (R\$ 352,6 bilhões) cresceu 1,4% frente o trimestre anterior e 5,4% no ano.

Taxa de Desocupação

Em % da força de trabalho



Fonte: Pnad-C Mensal – IBGE. Elaboração DTec/CNA.

- Mercado Agrícola -

Clima – Outubro marca retorno das chuvas no Centro-Sul, mas seca persiste em áreas do Norte e Sul. O mês de outubro será marcado por grande variabilidade na distribuição das chuvas pelo país, [segundo o Inmet](#). No Norte, a previsão indica chuvas abaixo da média em grande parte do Pará, Tocantins e Amazonas, com até 50 mm de déficit. Já no Amapá, extremo norte do Pará, norte de Rondônia e oeste do Acre, os acumulados ficam acima da média. As temperaturas permanecem elevadas em toda a região, podendo ultrapassar 32 °C no sudeste do Pará e Tocantins. No Nordeste, os volumes devem ficar próximos da média histórica, com chuvas acima da média no norte da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí. As temperaturas seguem elevadas em todos os estados, principalmente no interior, onde os valores podem superar os 28 °C. No Centro-Oeste, a irregularidade ainda predomina. Chuvas abaixo da média são esperadas em grande parte do Mato Grosso, noroeste de Goiás e Distrito Federal, enquanto o oeste e sul de Mato Grosso e o centro-leste do Mato Grosso do Sul devem registrar volumes acima da média. As temperaturas permanecem acima do normal, superando 28 °C em várias localidades. No Sudeste, a previsão indica chuvas acima da média em grande parte de Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em áreas de São Paulo, enquanto o restante da região deve ter acumulados próximos à climatologia. As temperaturas ficam elevadas em todo o Sudeste, com médias acima de 25 °C no interior. No Sul, os acumulados ficam acima da média no Paraná e em Santa Catarina, mas o Rio Grande do Sul terá déficit significativo, chegando a 75 mm abaixo da climatologia em algumas áreas. As temperaturas ficam mais amenas no estado gaúcho, com valores abaixo de 20 °C em áreas centrais, enquanto no Paraná e em parte de Santa Catarina podem ultrapassar os 24 °C.

Cana-de-açúcar – Moagem no Centro-Sul passa de 450 milhões de toneladas. Segundo dados do último relatório da União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia (Unica), publicado no último dia 17, a moagem de cana-de-açúcar na safra 2025/2026 do Centro-Sul totalizou, desde o início do ciclo até a primeira quinzena de setembro, totalizou 450,01 milhões de toneladas, uma retração de 3,68% em relação ao mesmo período da safra anterior. Em relação à qualidade da matéria-prima, mensurada em Açúcares Totais Recuperáveis (ATR), a média acumulada é de 134,08 kg/tonelada de cana, valor 3,93%

abaixo do observado na mesma posição de 2024. A produção de açúcar totalizou 30,39 milhões de toneladas de açúcar (-0,08%). Já para o etanol, foram fabricados 20,81 bilhões de litros (-9,50%), sendo 13,02 bilhões de hidratado (-11,36%) e 7,79 bilhões de litros de anidro (-6,21%).

Grãos – Com poucas negociações, cotações do milho seguem pressionadas. Os preços do milho se enfraqueceram na última semana de setembro e no início de outubro, diante da retração de compradores, que indicam estar abastecidos para o consumo imediato. Vendedores, por sua vez, focados na semeadura da safra verão e com parte da segunda safra já armazenada, reduziram as ofertas. Nos portos, as valorizações do dólar e das cotações externas deram algum suporte, mas ainda em patamares abaixo do esperado por agentes. O indicador Cepea/ESALQ (Campinas-SP) inicia esse mês com média parcial de R\$ 64,44, patamar ligeiramente inferior ao registrado no fechamento do mês anterior. Para a soja, a demanda por óleo, sobretudo para produção de biodiesel, segue em expansão no Brasil e nos Estados Unidos, o que sustenta os valores do grão. O recente enfraquecimento das cotações internas, no entanto, está atrelado à entrada da safra 2025/2026 nos EUA e à isenção temporária das *retenciones* (impostos de exportação) na Argentina, que redirecionaram importadores ao país vizinho e pressionaram as cotações no Brasil e nos EUA. O indicador Cepea acumula média de R\$ 134,78, frente a R\$ 138,77 no mês anterior.

Café - Volatilidade entre câmbio, oferta e clima movimentam mercado. O mercado de café manteve a forte volatilidade. A desvalorização do Real estimulou vendas no Brasil. Além disso, as chuvas em Minas Gerais melhoraram o ambiente para a florada e tendem a aliviar parte do risco produtivo. Do lado altista, segue o aperto de oferta nas praças consumidoras: os estoques certificados da ICE caíram para o arábica (547 mil sacas) e para o robusta (6.345 lotes). O quadro continua potencializado pelas tarifas de 50% impostas pelos EUA às importações do Brasil, levando compradores a cancelar contratos e reduzindo a disponibilidade interna norte-americana. Na avaliação climática internacional, o Vietnã combina perspectiva de safra de robusta recorde em 2025/2026 com transtornos nas lavouras e logística por chuvas intensas e enchentes, após a passagem do tufão Bualoi. Para os próximos meses, atenção ao risco climático: a NOAA elevou para 71% a probabilidade de La Niña em out-dez/2025, condição que costuma aumentar a chance de tempo mais seco no Sudeste brasileiro e pode afetar a safra 2026/2027. Na quinta-feira (02/10), o contrato do arábica para dezembro de 2025 foi negociado a US\$ 500,11 (378,10 cents/lbp) por saca de 60 quilos na bolsa de Nova York, ganho de 1,8% frente a quinta (25/09). O café robusta para novembro de 2025 encerrou o pregão na bolsa de Londres cotado a US\$ 4.325,00 por tonelada, valorização de 5,9% na parcial da semana. No mercado interno, segundo [o Indicador Cepea/Esalq](#), o arábica tipo 6 foi comercializado a R\$ 2.147,82 por saca de 60 quilos, aumento de 1,2% na semana, enquanto o conilon tipo 6 peneira 13 foi vendido a R\$ 1.344,89 por saca de 60 quilos, alta de 4,3% na semana.

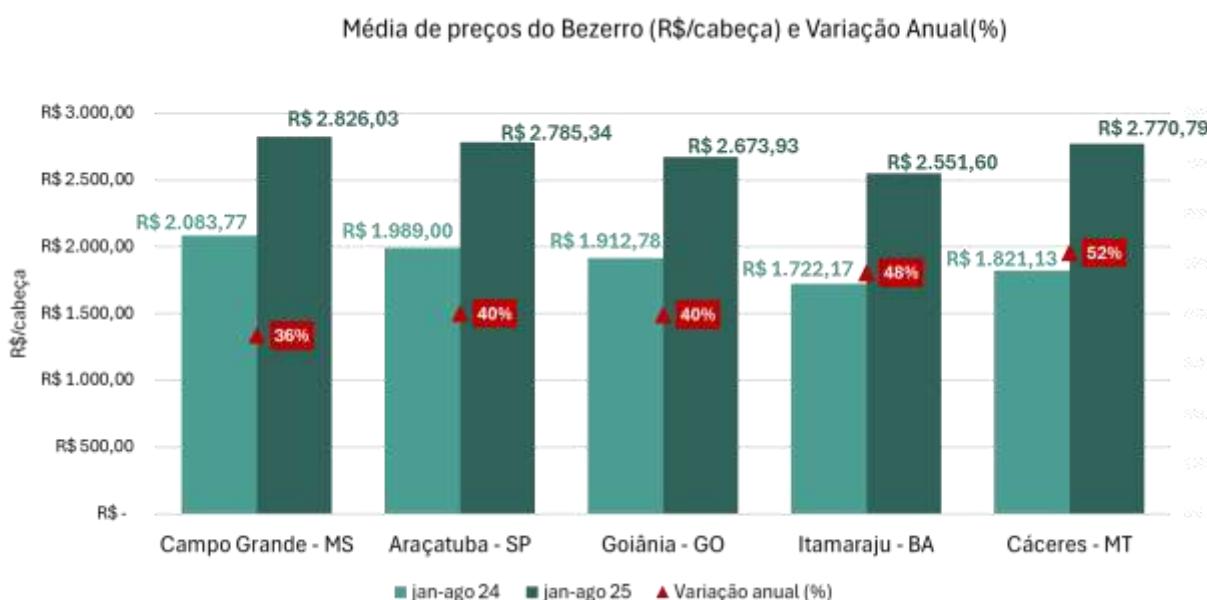
Frutas e Hortaliças – Setembro se encerra com oscilações nos preços; influenciadas pelo clima e pela sazonalidade. Os preços no atacado das principais frutas e hortaliças comercializadas nas Ceasas monitoradas pelo [Prohort/Conab](#) apresentaram variações influenciadas por clima, sazonalidade e oferta. O tomate segue em queda, com recuo de 10,7% frente a agosto e de 28% desde julho, pressionado pela boa produtividade e maior oferta, especialmente com a entrada de tomate rasteiro ou dupla aptidão, advindo de áreas de cultivo para a indústria de tomate. Alface, batata e cebola também registraram baixas em setembro, de 6,1%, 12,8% e 13,6%, respectivamente, refletindo transição de safra e oferta elevada. A cenoura manteve valorização, com alta de 7,7% no mês e de 23% desde julho, devido à menor disponibilidade e problemas de qualidade nas lavouras. Entre as frutas, o limão Tahiti teve nova alta expressiva de 37,7%, acumulando 81% desde julho, impulsionado pela menor oferta e demanda aquecida. A alta nos preços já esperada para o período, sendo entressafra nas principais regiões produtoras, e oferta sustentada por plantios irrigados, ainda menos expressivos

no cenário nacional. A banana nanica e a uva Niagara também subiram, com variações de 10,1% e 28,7%. Já a laranja pera e o mamão formosa apresentaram leve queda (- 0,9%), influenciada pela maior oferta e menor demanda regional. As oscilações reforçam a importância do monitoramento constante para garantir equilíbrio entre oferta, demanda e rentabilidade.

- Mercado Pecuário –

Podcast Ouça o Agro – Próxima safra de bezerros começa agora: sinais do mercado para a estação de monta em 2025. O episódio contou com a participação especial do pecuarista, médico veterinário e professor do Departamento de Produção Animal na Unesp, José Luiz Vasconcelos. As perspectivas para a estação de monta 2025 foi o tema abordado. Ressaltamos o impacto do mercado da pecuária nesse manejo reprodutivo, em que o pecuarista deve se atentar para um bom planejamento da estação de monta e se o momento é favorável para investimento no sistema de cria. Para conferir mais, ouça agora no [Youtube](#) ou [Spotify](#).

Campo Futuro – Preço do bezerro aumenta 43% no comparativo anual. Segundo levantamento do Projeto Campo Futuro (Sistema CNA/Senar), em parceria com Cepea, os preços do bezerro em diversas praças monitoradas atingiram o maior valor desde 2022, quando o preço da categoria em diversas regiões superou a casa dos 3 mil reais por cabeça. Entre janeiro e agosto de 2025, os preços do bezerro já superaram R\$ 2.500,00, valorização média anual de 43%. O destaque ficou para Cáceres (MT), onde a alta chegou a 52%. Na região, o bezerro foi comercializado, em média, a R\$ 2.770,79 nos oito primeiros meses do ano, com pico em junho, quando alcançou R\$ 2.862,25 por cabeça. Considerando as projeções de demanda interna e externa aquecidas e a redução da oferta de carne bovina para 2026, reflexo da redução dos rebanhos nos principais países produtores, espera-se que os preços dos bezerros sigam em patamares elevados superando os observados em 2022.



Pecuária de leite – Leite ao produtor atinge menor valor de 2025. As cotações do Cepea foram divulgadas na última terça-feira (30) com o leite ao produtor recuando 3,3% e alcançando [R\\$ 2,5369](#) por litro na “média Brasil”. A cifra representa o leite entregue em agosto, pago em setembro, com o valor atingindo o menor de 2025. Considerando valores deflacionados pelo IGP-DI de agosto, a cifra alcançou o menor patamar desde março de 2024. O movimento decorre da maior disponibilidade de leite em função das importações ainda aquecidas ante a série histórica, bem como da produção interna mais robusta, impulsionada pela relação de troca do pecuarista com a ração (70/30) 14% mais favorável

em relação à média dos últimos 3 anos. Contudo, o cenário de queda nas cotações do leite ao produtor ante a estabilidade nos preços de milho e aquecimento no farelo de soja prejudicou o indicador, sendo demandados 29 litros de leite para aquisição de um saco de ração, 6,3% a mais que no mês anterior. Para os próximos meses, o cenário de demanda estável e a oferta no campo crescente apontam para novas retrações nas cotações de leite, demandando cautela nos investimentos dos pecuaristas.

Pecuária de corte – Cotação do boi gordo sobe no começo de outubro, após sucessivas quedas em setembro. O mercado do boi iniciou outubro com preços mais firmes e altas em algumas praças pecuárias, com os frigoríficos aumentando a procura por boiadas diante da redução (ligeira) na oferta de animais e demanda maior por carne bovina nas indústrias e varejos. As exportações em bom ritmo colaboraram com este cenário. O indicador do boi gordo [Cepea](#) teve alta de 0,9% na comparação semanal, com a arroba cotada a R\$ 305,80 em São Paulo no dia 2/10. No mercado atacadista, a carne bovina reagiu 0,2% na comparação semanal, com a carcaça casada (boi) negociada a R\$ 21,36/kg. Para a próxima semana, as expectativas são positivas com relação ao consumo doméstico e exportações de carne bovina e o viés é de alta para a arroba do boi gordo. No entanto, cabe atenção a oferta, em especial nas regiões de confinamento, visto o grande volume de animais no cocho este ano.

Suinocultura – Pressão de baixa diminui no mercado de suínos. Os preços dos suínos recuaram 0,6% nesta semana nas granjas em São Paulo, com a referência para o produtor independente fechando em R\$ 8,88/kg vivo, segundo dados do [Cepea](#). Cabe destacar, porém, que nos últimos dias, as cotações ficaram estáveis, com a melhora na demanda por animais terminados pelos frigoríficos e oferta mais ajustada. Nas indústrias, a carne suína caiu 1,4% na comparação semanal, com a carcaça especial cotada a R\$ 12,94/kg no atacado. As quedas nos preços aumentaram a competitividade da carne suína, o que poderá melhorar a demanda por esta proteína nas primeiras semanas deste mês. Na média de outubro, com o valor de um quilo de carne suína, é possível adquirir 1,59 quilo de carne de frango, frente a 1,76 quilo na média de setembro.

Avicultura – Oferta elevada resulta em queda no preço da carne de frango nas indústrias. A carne de frango registrou queda de 0,7% nesta semana, resultado da boa disponibilidade do produto no mercado interno. Segundo o [Cepea](#), o frango resfriado ficou cotado a R\$ 8,08/kg nas indústrias (atacado). A China ainda não retomou as importações de carne de frango do Brasil. Já a União Europeia está retomando as importações de forma escalonada, sendo que desde 18/9 estão autorizadas as compras de todo o território brasileiro, exceto do Rio Grande do Sul. Desde 01/10, estão autorizadas as compras do Rio Grande do Sul, com exceção da área foco, em Montenegro (RS). A partir de 16/10, será autorizada a importação também desta área foco, que abrange um raio de 10 quilômetros em torno da granja em que ocorreu o foco em maio deste ano, já encerrado.

Tilápia – Preços em alta nas principais regiões produtoras. Os preços da tilápia registraram elevação nas cinco praças acompanhadas pelo [Cepea](#), em parceria com a PeixeBR, nesta semana. No oeste do Paraná, a valorização foi de 3,19%, com o quilo da tilápia negociado a R\$ 7,82. Na região de Grandes Lagos, houve aumento de 2,18%, alcançando R\$ 8,18/kg. No norte do Paraná, a alta foi de 1,96%, com o preço chegando a R\$ 8,70/kg, enquanto no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a valorização foi de 1,34%, com a tilápia cotada a R\$ 8,22/kg. Já em Morada Nova de Minas, o quilo do pescado foi comercializado a R\$ 8,54, após avanço de 1,13%. O movimento indica uma tendência positiva no mercado, com valorização consistente em todas as regiões monitoradas.

CONGRESSO NACIONAL

1. CNA garante conquista estratégica para o setor no PL que amplia isenção do Imposto de Renda.
2. Regulamentação da Reforma Tributária retorna à Câmara dos Deputados.
3. Governo Federal sanciona Estatuto do Pantanal e veta regras sobre manejo do fogo.
4. Câmara aprova PL Amazônia das Águas.
5. CCJC da Câmara dos Deputados aprova criação do Cadastro de Invasores.
6. CAPADR aprova audiência sobre contrato futuro do leite.
7. Comissão de Agricultura da Câmara aprova criação de Programa Nacional de Proteção ao Agro.

Imposto de Renda – CNA garante conquista estratégica para o setor no PL que amplia isenção. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1087/2025, de autoria do Poder Executivo e relatado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL). A proposta altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ampliando a faixa de isenção para quem recebe até R\$ 5 mil e instituindo uma tributação mínima para contribuintes de alta renda. Atendendo a uma demanda apresentada pela CNA, o relator promoveu um ajuste essencial: a tributação da atividade rural passa a ser calculada com base no lucro, quando houver, e não sobre o faturamento bruto. A medida reduz potenciais impactos fiscais para os produtores rurais, por reconhecer a realidade da atividade agropecuária, marcada por riscos climáticos e volatilidade de preços, garantindo que o imposto incida apenas sobre o resultado efetivo do produtor. Outro ponto estratégico garantido foi a exclusão, da base de cálculo da tributação mínima, dos rendimentos obtidos com instrumentos financeiros do agronegócio, como LCA, CRA, CDCA, CDA/WA e CPR. Esses avanços representam uma vitória importante para o setor, assegurando competitividade e condições mais justas de tributação. O texto segue agora para análise do Senado Federal.

Reforma Tributária – Regulamentação retorna à Câmara dos Deputados. O Senado Federal aprovou, nesta semana, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que trata da segunda parte da regulamentação da Reforma Tributária, criando o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O relatório apresenta avanço significativo na regulamentação ao detalhar regras essenciais e claras para a administração, fiscalização, contencioso e convivência com os tributos atuais. O texto apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM) incorporou parte importante das contribuições do setor produtivo, trazendo ganhos concretos: a definição da independência técnica e orçamentária do CGIBS, a previsão de mecanismos de transparência e controle externo, a limitação das multas a 100% (150% na reincidência), maior segurança jurídica na homologação e compensação de créditos de ICMS, consolidação do direito de consulta unificada para IBS e CBS, além da criação do Programa Nacional de Conformidade Tributária. Esses pontos reforçam a previsibilidade, a estabilidade regulatória e a racionalidade do sistema. Como a matéria foi modificada, o texto retornará para análise da Câmara dos Deputados.

Bioma Pantanal – Governo Federal sanciona Estatuto do Pantanal e veta regras sobre manejo do fogo. Foi sancionada, com vetos, a Lei nº 15.228, de 30 de setembro de 2025, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do Bioma Pantanal. Foram objetos de veto as regras sobre manejo do fogo e a previsão de recuperação e uso prioritário de áreas desmatadas e degradadas como diretriz geral. A proposta indicava que essas áreas deveriam ser incorporadas ao processo produtivo, respeitando a manutenção da vegetação nativa conforme a legislação florestal. O presidente também vetou o item que proibia o uso de recursos públicos para pagar por serviços ambientais em áreas como terras indígenas homologadas, territórios quilombolas e unidades de conservação com regularização fundiária concluída.

Recursos Hídricos – Câmara aprova PL Amazônia das Águas. Na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, foi aprovado o parecer ao PL 2912/2024, de autoria do deputado Amom Mandel (Cidadania-AM), relatado pelo deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR). O projeto altera a Lei nº 9.433/1997 para instituir o Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Região Norte. O substitutivo aprovado teve como principal objetivo propor o apoio técnico e financeiro à integração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, com foco na gestão articulada e sustentável dos recursos hídricos, demonstrando sensibilidade às demandas socioambientais da Região Norte e compromisso com o fortalecimento da governança das águas no país.

Segurança no Campo – CCJC da Câmara dos Deputados aprova criação do Cadastro de Invasores. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou o PL 4432/2023, de autoria do deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), que propõe a criação do CIP (Cadastro de Invasores de Propriedades) para identificar e responsabilizar indivíduos envolvidos em invasões de propriedades públicas ou privadas. A iniciativa busca proteger a ordem pública, garantir a segurança jurídica e preservar os direitos de propriedade, pois as informações presentes no CIP são cruciais para identificar os envolvidos em ações ilegais para efetiva tomada de medidas posteriores às invasões. O relatório da deputada Bia Kicis (PL-DF) foi aprovado na forma do substitutivo da Comissão de Segurança Pública.

Mercado Lácteo – CAPADR aprova audiência sobre contrato futuro de leite. Na Comissão de Agricultura da Câmara (CAPADR), foi aprovado o Requerimento nº 181/2025, de autoria do deputado Cobalchini (MDB-SC), para realização de audiência pública destinada a discutir a implementação de um contrato futuro de leite no Brasil. O objetivo é avaliar o instrumento como mitigador de riscos de mercado, fortalecendo a previsibilidade de preços e a competitividade do setor, além de permitir melhor planejamento financeiro para produtores, cooperativas e indústrias. A CNA participará como convidada.

Programa de Proteção – Comissão de Agricultura da Câmara aprova criação de Programa Nacional de Proteção ao Agro. A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou o PL 467/2025, que institui o Programa Nacional de Proteção ao Agronegócio e Comunidades Rurais (PNPACR), a ser executado no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com vistas a fortalecer a segurança no campo e coibir crimes como furto de gado, invasões de propriedades e demais ilícitos que impactam o meio rural. O projeto, relatado pelo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Rodolfo Nogueira (PL/MS), cria diversas ações estratégicas, incluindo a integração e a articulação entre as forças de segurança pública estaduais e federais, a ampliação da presença da Força Nacional de Segurança Pública em áreas rurais mediante solicitação dos entes federados.

INFORME SETORIAL

1. Cade mantém medida preventiva da CNA sobre Moratória da Soja.
2. Mapa estabelece metodologia para aferição de perdas para a linha de renegociação de dívidas.
3. CNA avalia reativação da hidrovia do São Francisco, privatização das Companhias Docas e soluções de armazenagem.
4. Fica instituída a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos.
5. Portaria do Mapa institui sistema para melhoria contínua nas ações oficiais de sanidade vegetal.
6. Lei sancionada traz diretrizes para aquisição de alimentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
7. Camex renova aplicação das medidas antidumping para o alho chinês.
8. CNA e entidades alertam sobre riscos fitossanitários de importação da banana do Equador.
9. CNA prestigia os 25 anos da Embrapa Café, em Brasília.
10. CNA e Câmara Setorial de Equideocultura se reúnem com Mapa para discutir Passaporte Equestre e material genético.
11. CNA participa de reunião sobre Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura.
12. CNA promove etapa do júri técnico do Prêmio CNA Brasil Artesanal Molho de Pimenta.
13. Mapa abre consulta pública para avaliar implementação de inovações tecnológicas na fabricação de produtos de origem animal.
14. CNA participa de Câmara Técnica de Barragem e aprova Plano de Segurança de Barragem Sintetizado.
15. Plano Clima é pauta de reunião sobre a Estratégia Transversal de Meios de Implementação.

Moratória da Soja – Cade mantém medida preventiva da CNA sobre Moratória da Soja. O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) [decidiu](#), na terça (30), pela suspensão da moratória da soja a partir de janeiro de 2026. A decisão vai ao encontro do pleito da CNA, que no início do ano protocolou representação no Cade mostrando que a Moratória da Soja é uma prática ilícita e que causa prejuízos para os produtores rurais e aos consumidores. A CNA também solicitou medida preventiva, defendendo a suspensão da Moratória. Na [avaliação](#) da CNA, a decisão do Cade reafirma que o acordo é ilegal, prejudica os produtores rurais, e está confiante que a Moratória será encerrada, no mais tardar, em 1º de janeiro de 2026.

Política Agrícola – Mapa estabelece metodologia para aferição de perdas para a linha de renegociação de dívidas. O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) publicou a [Portaria SPA/MAPA Nº 114 de 2026](#), que estabelece a metodologia de aferição de perdas de rendimento agrícola municipais e divulga a relação de municípios elegíveis às linhas de crédito instituídas pela [Resolução CMN nº 5.247, de 19 de setembro de 2025](#). A Portaria define a metodologia para aferir perdas de rendimento agrícola em nível municipal, para

aqueles que tiveram entre 2020 e 2024, pelo menos duas perdas iguais ou superiores a 20% em duas das três principais culturas locais. O cálculo é feito com base na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, comparando o rendimento anual com o maior rendimento do período. A lista final de municípios elegíveis está no anexo da Portaria.

Logística e Infraestrutura – CNA avalia reativação da hidrovia do São Francisco, privatização das Companhias Docas e soluções de armazenagem. A Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da CNA se reuniu na terça-feira (30) para tratar de [três temas estratégicos](#) para o setor agropecuário. No debate sobre a hidrovia, foi apresentado plano de reativação em etapas do Rio São Francisco, com previsão de movimentar até 5 milhões de toneladas por ano. O projeto inclui a integração com rodovias e ferrovias, ampliando a competitividade no transporte de grãos, minérios e insumos. Em relação aos portos, discutiu-se a proposta de adoção do modelo *Landlord Port*, que transfere parte da operação para a iniciativa privada, na Companhia Docas da Bahia (Codeba). A expectativa é atrair investimentos e aumentar a eficiência, mas também foram levantadas preocupações quanto ao impacto em tarifas e na governança do sistema. A pauta de armazenagem destacou o déficit atual, já que a capacidade instalada atende a pouco mais de 60% da produção de grãos. Foram apresentadas, pela Companhia de Entrepótos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), soluções como redes de silos e armazéns próximos a polos produtivos, com serviços de conservação, seguro de mercadorias e emissão de títulos para financiamento, além de práticas voltadas à redução de perdas. Ao final, foi anunciado o lançamento do estudo “[Panorama das Estradas Vicinais no Brasil](#)”, marcado para o dia 8 de outubro, em Brasília, no auditório da CNA.

Desperdício de alimentos – Fica instituída a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos. Na última quarta (1º) foi publicada a [Lei nº 15.224 de 2025](#), que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA) e cria o Selo Doador de Alimentos. Dentre os princípios do PNCPDA estão a conscientização de produtores, distribuidores e população; responsabilidade compartilhada sobre alimentos, da produção ao consumo e descarte final; viabilização de microcoletas; ampliação e fortalecimento de bancos de alimentos. A lei estabelece que os estados poderão adotar medidas locais complementares, inclusive a redução ou a isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para incentivar as doações de alimentos. O Selo Doador de Alimentos será concedido pelo Poder Executivo aos estabelecimentos que doarem alimentos, bem como aos produtores rurais, às cooperativas e às associações de produtores rurais, cuja validade é de 2 anos, sujeito a nova avaliação para renovação.

Defesa Vegetal – Portaria do Mapa institui sistema para melhoria contínua nas ações oficiais de sanidade vegetal. Publicada, na segunda (29), a [Portaria SDA/MAPA nº 1.373, de 22 de setembro de 2025](#), que instituiu o Sistema de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Programas Oficiais de Prevenção e Controle de Pragas – AudiFito. O Sistema tem como objetivo avaliar e monitorar as ações oficiais de sanidade vegetal, buscando aprimoramento. O AudiFito será aplicado junto às instituições públicas e privadas que executam ou prestam serviços relacionados aos programas oficiais de prevenção e controle de pragas, em nível federal e estadual. As auditorias serão coordenadas pelo Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do MAPA, sendo por esse divulgado até o último dia do mês de novembro de cada ano, a programação do ciclo de auditorias para o ano subsequente.

Alimentação Escolar – Lei sancionada traz diretrizes para aquisição de alimentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Publicada na quarta (1º), a [Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025](#) altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Entre as regras definidas, está a de que os alimentos comprados pelo PNAE, que precisam ter prazo de validade determinado, devem ser entregues com pelo menos metade do tempo de validade ainda restante — ou seja, considerando o intervalo entre a data de fabricação e a data de vencimento. Essa exigência não vale para os produtos vindos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Além disso, pelo menos 45% dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE devem ser usados na compra direta de alimentos da agricultura familiar e do

empreendedor familiar rural, dando prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e grupos de mulheres, sejam formais ou informais.

Alho – Camex renova aplicação das medidas antidumping para o alho chinês, medida que garante comércio justo e protege a cadeia nacional. Publicada na terça (30), a [Resolução GECEX nº 797, publicada em 29 de setembro de 2025](#) renovou por mais cinco anos o direito antidumping aplicado às importações de alho da China. A [CNA](#) atuou com firmeza, em defesa da cadeia nacional, por meio da elaboração de nota técnica, realização de estudos econômicos e participação em audiência pública na Câmara dos Deputados. A Resolução mantém a tarifa adicional de US\$ 0,78/kg para exportações em geral, e determinando um tratamento diferenciado a quatro exportadores, os quais assumiram um compromisso de preço. Para os exportadores listados, os preços de exportação CIF não poderão ser inferiores a US\$ 1,69/Kg, não sendo para este aplicada a tarifa adicional. A medida é essencial para proteger os produtores brasileiros frente à concorrência desleal e garantir a sustentabilidade da cadeia produtiva. O histórico da medida remonta a 1996, quando foi confirmada a prática de dumping pelo governo chinês. Desde então, o direito antidumping tem sido renovado periodicamente como instrumento de defesa comercial. Sem essa proteção, o alho chinês poderia entrar no Brasil com preços muito abaixo do custo de produção nacional, ameaçando milhares de produtores rurais.

Defesa Vegetal – CNA e entidades alertam sobre riscos fitossanitários de importação da banana do Equador. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou nesta terça (30) de [audiência](#) com os ministros do Mapa e MDA, para tratar da possível importação de banana do Equador e alertar sobre os riscos fitossanitários envolvidos. A principal preocupação do setor produtivo é a entrada de pragas quarentenárias ausentes no Brasil, especialmente o *Fusarium oxysporum* f. sp. cubense raça tropical 4 (Foc TR4), que representa uma ameaça grave à bananicultura nacional. A CNA reforçou que qualquer decisão sobre abertura de mercado deve ser precedida por uma Análise de Risco de Pragas (ARP) criteriosa, com base em evidências científicas e diálogo com os produtores. A entidade também destacou a importância de preservar a sanidade vegetal, tendo em vista os milhares de postos de trabalho gerados pela cadeia, e a segurança na produção da fruta, essencial e presente na cesta de consumo do brasileiro.

Café - CNA prestigia os 25 anos da Embrapa Café, em Brasília. Em 1º de outubro, em Brasília, a CNA esteve presente na celebração dos 25 anos da Embrapa Café. O evento reuniu lideranças do setor e autoridades para reconhecer a contribuição da Embrapa Café à cafeicultura brasileira — da pesquisa científica e inovação à transferência de tecnologia. A participação reforça o compromisso da CNA com a ciência, a produtividade sustentável e a competitividade do café do Brasil.

Equideocultura – CNA e Câmara Setorial de Equideocultura se reúnem com Mapa para discutir Passaporte Equestre e material genético. A presidente da Comissão Nacional de Equideocultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Cristiana Gutierrez e o presidente da Câmara Setorial de Equideocultura, se reuniram na última terça-feira (30) com a equipe técnica do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) em Brasília (DF) para discutirem as atualizações sobre o Passaporte Equestre e o material genético. A lei do passaporte equestre já foi instituída em 12 estados, o que traz a possibilidade de assinatura de convênios entre os estados, facilitando a movimentação dos animais e desburocratizando a parte documental para os produtores rurais criadores de equídeos. O material genético também foi pauta de alinhamento entre o CNA, Câmara Setorial e Mapa. A presidente da Comissão Nacional de Equideocultura fez o posicionamento sobre a necessidade de que as normas regulatórias sejam adequadas à realidade do setor. Serão discutidas as particularidades dos equídeos em um grupo de trabalho para que as proposições sejam encaminhadas ao referido Ministério.

Aquicultura – CNA participa de reunião sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura. O presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Francisco Farina, participou de reuniões com os setores de algicultura, malacocultura e ranicultura essa semana, juntamente com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro

e Pequenas Empresas (Sebrae) para discutir o desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura. O objetivo foi dar viabilidade ao crescimento dos setores através de ações estratégicas nos gargalos enfrentados pelos produtores rurais.

Artesanais – CNA promove etapa do júri técnico do Prêmio CNA Brasil Artesanal Molho de Pimenta. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou a primeira etapa de avaliações técnicas do Prêmio CNA Brasil Artesanal – Molho de Pimenta, que chega à sua 14ª edição. Durante três dias, 12 especialistas analisaram mais de 90 amostras de molhos salgados e agridoces. Ao final, serão escolhidos 10 finalistas para a votação popular. Os critérios de avaliação incluem picância, cor, aroma e sabor, com foco no equilíbrio sensorial. A iniciativa promovida pelo programa CNA Brasil Artesanal tem como objetivo reforçar a valorização da produção artesanal e o fortalecimento dos pequenos produtores.

Produtos de origem animal – Mapa abre consulta pública para avaliar implementação de inovações tecnológicas na fabricação de produtos de origem animal. No dia 1º, foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a [Portaria SDA/MAPA nº 1.370](#), de 29 de setembro de 2025, que submete à consulta pública, pelo prazo de 30 dias, a proposta de portaria que altera a [Instrução Normativa SDA nº 30, de 9 de agosto de 2017](#), que estabeleceu os procedimentos para submissão de proposta, avaliação, validação e implementação de inovações tecnológicas a serem empregadas em qualquer etapa da fabricação de produtos de origem animal em estabelecimentos com registro no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. As sugestões tecnicamente fundamentadas deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos ([SISMAN](#)), mediante cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso ([SOLICITA](#)).

Barragem – CNA participa de Câmara Técnica de Barragem e aprova Plano de Segurança de Barragem Sintetizado. Como membro da Câmara Técnica de Segurança de Barragem do CNRH, a CNA participou da reunião que referendou o estudo contratado pelo MIDR que elaborou o Plano de Segurança de Barragem Sintetizado. Esse plano é exigido para algumas categorias de barragens e, desde a última alteração da Lei de Segurança de Barragens, em 2021, muitas pequenas barragens de irrigação passaram a ser enquadradas no PNSB, o objetivo é que esse modelo mais simples seja adotado principalmente por essas pequenas barragens, o que atende em grande parte à demanda do setor.

Plano Clima – Plano Clima é pauta de reunião sobre a Estratégia Transversal de Meios de Implementação. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) promoveu, no dia 30 de setembro, o Diálogo sobre agricultura e pecuária de baixo carbono e sistemas alimentares sustentáveis. A iniciativa buscou coletar subsídios para a proposição de implementação das ações transversais para incentivos setoriais de alcance dos planos clima de mitigação e adaptação. A CNA contribuiu para as discussões pontuando os gargalos de implementação dos instrumentos disponíveis para o alcance das metas imputadas ao setor. Questões como regularização fundiária e insegurança jurídica sobre a posse dos imóveis rurais, além da regularização ambiental, através da implementação do Código Florestal, que são ações de governo, embasaram as discussões. Temas como seguro agrícola e pecuário, endividamento, fontes de financiamento, juros, implementação da Política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e mercado de carbono operante e alinhado com o setor também foram incluídos. Os resultados do evento serão consolidados em uma proposta a ser objeto de consulta pública.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

- 06/10** – Reunião do Grupo de Trabalho Sobre Embargos Rurais no Brasil
- 07/10** – Reunião do GT de Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- 07/10** – Audiência Pública sobre o Plano Brasil Soberano
- 07/10** – Lançamento do Boletim de Aquicultura: Águas da União
- 07/10** – Reunião da Comissão Especial de Recursos em Defesa Agropecuária
- 09/10** – Reunião sobre Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura
- 10/10** – Reunião Grupo de Trabalho sobre a revisão Resolução Conama nº 413/2009
- 08/10** - Lançamento do estudo “Panorama das Estradas Vicinais no Brasil”.
- 09/10** – Reunião do GT de Bioinsumos do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa)
- 09/10** - Encontro das Líderes do Agro Mineiro